



Juros altos é sabotagem!

INFLAÇÃO
em queda

X

JUROS
em alta



O Banco Central existe para servir à nação ou ao mercado financeiro? A CUT sempre foi contra a independência do BC, por entender que a instituição, sem o controle do governo e da sociedade, se transformaria num sindicato do sistema financeiro.

Nos últimos dias, o país pôde observar que essa não era apenas uma desconfiança, mas um fato concreto. Num momento em que o novo governo inicia uma nova política econômica, focada no fortalecimento do setor produtivo, baixa da inflação, já comprovada em números, e geração de empregos, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, manteve a taxa Selic em 13,75%, o que é inexplicável para esse momento.

Presidido pelo bolsonarista Roberto Campos Neto, o BC promove uma sabotagem que favorece explicitamente os bancos, mas compromete o projeto de retomada do desenvolvimento e prejudica o governo e a população.

LEIA MAIS NA PÁGINA 4

APOSENTADORIA



Novas regras entram em vigor e a CUT cobra revisão da reforma

Em vigor desde 2019, a reforma da Previdência feita pelo governo Bolsonaro impôs uma série de perdas à classe trabalhadora. Novas regras começam a vigorar este ano. A CUT defende urgente revisão para devolver à população o direito de sonhar com uma aposentadoria. PÁGINA 2

Umuarama

Empossada a nova Diretoria do Sindicato

PÁGINA 3

Itaú e Santander
agendam pagamento da
segunda parcela da PLR

PÁGINA 3

Novas regras dificultam a aposentaria a partir de 2023

Se o ano de 2023 marca o início de um novo período para a democracia brasileira, após um período conturbado de ameaças e ataques ao Estado Democrático de Direito, também é o marco inicial de novas regras para se aposentar pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). A última reforma da Previdência, feita no governo Jair Bolsonaro, por meio da Emenda Constitucional 103, mudou os critérios para aposentadorias e também criou várias regras de transição. Desde que a reforma da Previdência entrou em vigor, em 13 de novembro de 2019, os requisitos para aposentadoria mudam anualmente. Das várias regras de transição, três delas entraram em vigor em janeiro deste ano. São elas: aposentadoria por sistema de pontos, por tempo de contribuição x idade mínima e por idade.

As alterações são graduais e estão previstas para ocorrer todos os anos até 2033. Especialistas apontam uma série de inconsistências na reforma de 2019 que, no geral, prejudica muito os trabalhadores, especialmente as mulheres, viúvas, órfãos e servidores públicos com menores salários. Algumas regras, como a da aposentadoria por pontos, obrigam trabalhadores e trabalhadoras a contribuir até a beira da morte para conseguir se aposentar. Muitos jamais conseguirão. Mas se a reforma feita por Bolsonaro arrocha os pobres, ela também privilegia algumas categorias, como por exemplo policiais e militares, que tiveram diversos benefícios melhorados.



REGRA DA APOSENTADORIA POR IDADE

Aumenta a idade mínima para as mulheres!

Para os homens nada muda, ou seja, continua em 65 anos. Já para as mulheres, a partir de 2023 precisa ter 62 anos para requerer sua aposentadoria. É exigido tanto das mulheres quanto dos homens um tempo mínimo de 15 anos de contribuição.

TRANSIÇÃO POR SISTEMA DE PONTOS

A aposentadoria por pontos (integral), antes da reforma da Previdência, era um dos benefícios mais procurados pelos segurados do INSS. A pontuação é formada pela soma da idade com o tempo de contribuição. Para as mulheres eram exigidos 86 pontos e para os homens, 96. E não havia redutor. Com a reforma, começou a vigorar esse ano uma nova regra: o mínimo necessário vai para 90 pontos para as mulheres e 100 pontos para os homens e o tempo de contribuição mínimo é de 30 anos para mulheres e de 35 para homens. A regra estipula o aumento de 1 ponto por ano até chegar a 100 para mulheres (em 2033) e 105 para os homens (em 2028). Ou seja, por essa regra, o brasileiro terá de contribuir no mínimo 40 anos para conseguir a aposentadoria integral.

Aposentadoria Integral

COMO FICA COM A REFORMA

Para ter direito a 100% será preciso contribuir por 40 anos e ter a idade mínima

$$100\% = 40 \text{ ANOS} + \text{IDADE MÍNIMA}$$

REGRA DA IDADE PROGRESSIVA

Neste ano, se o homem completar 35 anos de contribuição, e a mulher 30 anos, poderá se aposentar por essa regra, se tiverem a idade mínima exigida: homens 63 anos, e mulher 58 anos. Pela regra, a idade mínima sobe seis meses a cada ano, até atingir 65 anos para homens, em 2027, e 62 anos para mulheres, em 2031. O valor do benefício é calculado a partir da média de todos os salários de contribuição, a partir de 07/1994, multiplicado por 60% + 2% para cada ano acima de 20 anos de contribuição (homem) e 15 anos de contribuição (mulher). A aplicação desse redutor faz com que os trabalhadores percam uma parte significativa do valor da aposentadoria a qual teria direito. Além disso, antes da reforma, a média era calculada com o descarte das 20% menores contribuições.

Crueldade é maior com viúvas e órfãos

A reforma da Previdência também incluiu os servidores públicos federais, professores (públicos e privados), policiais civis e federais, militares, agentes de segurança e até os políticos. Mas nenhuma das mudanças foi tão cruel quanto as que foram feitas para os trabalhadores da iniciativa privada, inseridos no Regime Geral. E, desses, a maior crueldade da reforma atingiu as viúvas, os viúvos, os órfãos e as pessoas com deficiência. Com a nova fórmula de cálculo criada pelo governo Bolsonaro e aprovada pelo Congresso, essas pessoas, em alguns casos, perderam até 40% do valor da aposentadoria que recebiam. Para esse contingente de pensionistas, as regras estão valendo desde 2019, quando a nova legislação.

Revisão da reforma está nas mãos do governo Lula

A CUT e o movimento sindical defendem a revisão da reforma da Previdência. A decisão depende do governo, mas exige negociação com representantes do empresariado, da classe trabalhadora e do Congresso Nacional, cuja maioria apoiou a reforma de 2019. Um grande passo foi a recriação do Ministério da Previdência. O ministro Carlos Lupi já se reuniu com representantes da classe trabalhadora e ouviu a reivindicação para que a revisão da reforma previdenciária esteja entre as prioridades do novo governo. O próprio ministro a chamou de “antirreforma” e já chegou a defender publicamente sua revisão. Porém, não se sabe ainda como e quando será iniciada.

Na campanha eleitoral, o presidente Lula (PT) também criticou a reforma várias vezes. Com as novas regras vigorando a partir deste ano, a cobrança sobre o governo aumenta. A CUT promete vigilância e pressão, se for preciso, para que as mudanças na lei aconteçam o quanto antes. A CUT acredita que o tema é prioritário para o atual governo, eleito com amplo apoio da classe trabalhadora. Só com a correção da reforma é que milhões de brasileiros poderão voltar a sonhar com sua aposentadoria.

Aposentadoria Progressiva

COMO FICA COM A REFORMA

LEVARÁ EM CONTA A MÉDIA DE 100% DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Se o trabalhador contribuir pelo tempo mínimo (20 anos homem e 15 anos mulher) terá renda igual a 60% da média de todos os salários de contribuição, assegurando o salário mínimo. A partir do 21º ano de contribuição, o benefício sobe 2% ao ano.

Nova gestão promove mudanças na Caixa

A Caixa anunciou mudanças em sua política de gestão de pessoas, incentivo à cultura, governança corporativa, de tecnologia, sustentabilidade e sociais (benefícios do governo federal). A maior parte das mudanças é voltada às empregadas e empregados e para a melhoria do relacionamento com entidades de representação sindical e associativas. Algumas das mudanças foram reivindicadas repetidas vezes pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, às gestões anteriores. No entanto, nos últimos anos houve um completo desmonte nas formas de relacionamento do banco com os empregados e com as entidades de representação, sem contar os inúmeros cortes de direitos e afastamento da Caixa de seu perfil social. Entre as medidas anunciadas, a Fenaec criticou, entretanto, a proposta de mudança no processo seletivo para escolha da diretoria da Funcef. Trata-se da exigência da comprovação de experiência profissional de três anos, apurada nos últimos cinco anos, em atividades exercidas em áreas específicas. A Fenaec também criticou a permissão para que qualquer profissional de mercado, de qualquer instituição, concorra aos cargos.

Plenária debateu questões específicas das PCDs da Caixa Econômica

A Contraf-CUT promoveu, no dia 09/12, uma plenária nacional com as empregadas e empregados da Caixa Econômica Federal, para tratar dos principais aspectos funcionais e de carreira dos trabalhadores com deficiência. Realizada por videoconferência e com participação de aproximadamente 300 pessoas, a plenária debateu os principais problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência (PCDs) que trabalham na Caixa. Entre eles estão as dificuldades para avançar na carreira e de acesso ao sistema do banco.

O objetivo foi fazer um levantamento dessas questões para posterior negociação com o banco. A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa lembrou que as discussões tiveram início no último Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef). As reivindicações discutidas foram encaminhadas ao banco naquela ocasião, porém sem solução. Agora, com uma nova gestão, existe a expectativa de avanços na solução dos problemas que afligem as PCDs na Caixa.

Avançam as investigações sobre falhas no programa federal de apoio ao emprego

Santander é condenado por sonegar informações

Decisão de segunda instância, no interior de São Paulo, confirmou a condenação do banco Santander por ocultar informações solicitadas pelo Ministério Público do Trabalho. Assim, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região TRT-15, com sede em Campinas, confirmou sentença proferida pela 4ª Vara do Trabalho determinando que o Santander apresente informações e documentos requisitados para os autos de um inquérito civil. A investigação começou em junho de 2020, a partir de notícias publicadas pelo The Intercept Brasil. Segundo a reportagem, grandes instituições bancárias não estariam repassando a pequenas empresas o crédito de R\$ 40 bilhões liberado pelo governo, por meio do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese). O objetivo era preservar os empregos durante a pandemia. Durante os dois anos de pandemia, o setor financeiro foi exatamente o que mais lucrou no país.



Acesse e leia mais!

Caixa levará o Programa Bolsa Família aos povos indígenas

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e a Caixa Econômica

Federal assinaram no dia 07/02, em Brasília, um protocolo de intenções para atendimento especializado aos povos indígenas dos estados de Amazonas e Roraima. O projeto deve beneficiar famílias indígenas de regiões remotas, com inclusão financeira e acolhimento e orientação para recebimento do Bolsa Família e outras ações do governo em parceria com o banco público.

No dia 09/02, uma unidade móvel da Caixa visitou várias cidades e iniciou o cadastramento e a distribuição de cartões de débito para a população. Segundo a presidenta da Caixa, Rita Serrano, serão entregues 50 mil cartões de débito da Caixa para a população da região, de forma emergencial, mas o governo planeja outras ações para beneficiar os moradores da região.



Acesse e leia mais!

Empossada a nova Diretoria do Seeb Umuarama



Na sexta-feira, 10/02, aconteceu a posse da nova Diretoria do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região. O evento reuniu dirigentes, bancários, bancárias, familiares e muitos convidados, que se confraternizaram num jantar dançante após a cerimônia de posse. A Diretoria foi eleita no dia 08/12, em chapa única, composta pelos atuais e por novos dirigentes e novos bancários, que obteve 98,7% dos votos válidos. Wilson de Souza (foto), bancário do Bradesco, reconduzido à presidência da entidade, discursou lembrando o período difícil, nos últimos quatro anos, com o país sob o comando de um governo que destruiu muitos direitos trabalhistas e atacou a democracia. “Os bancários demonstraram força e impediram que muitas conquistas fossem destruídas”, disse. O compromisso a partir de agora não é lutar apenas pela manutenção de direitos, “mas avançar e conquistar novos benefícios para a categoria bancária”. A luta pelo emprego, melhoria na PLR e auxílios diversos, aumento real de salários, defesa das empresas públicas, sobretudo do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, são algumas metas para o mandato, que tem duração de 4 anos.

Itaú e Santander agendam pagamento da segunda parcela da PLR

Depois do pedido de antecipação da segunda parcela da PLR, referente a 2022, feito pela Contraf-CUT, o banco Santander informou, no dia 08/02, irá pagar a segunda parcela da PLR, referente a 2022. Na data, o banco fará o pagamento de regra básica da PLR (teto de 2,2 salários), adicional da PLR, além de PPR, PPE e PPG para os funcionários elegíveis. Já o banco Itaú anunciou que vai efetuar o pagamento no dia 1º de março. O ofício pedindo a antecipação do pagamento foi feito a todos os bancos, inclusive Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A Contraf-CUT baseou a reivindicação no fato de, nos dois primeiros meses do ano, “concentrarem-se as maiores despesas dos trabalhadores, em razão da cobrança de IPTU, IPVA, matrícula e material escolar”, disse a entidade em ofício.

Banco Central sabota política econômica e mostra por que não pode ser independente



A taxa Selic impacta em tudo, inclusive nos preços dos alimentos

Presidido pelo bolsonarista Roberto Campos Neto, o Banco Central tem sido alvo de duras críticas, nos últimos dias, por parte do presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) e de economistas que defendem urgente mudanças na política econômica brasileira, sobretudo com juros mais baixos. O BC, no entanto, tem feito o contrário, apostando na política de juros altos. Mesmo com a inflação na casa dos 4,39% e projeção de chegar a 4,9% no final deste ano, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), dia 01/02, o BC manteve a taxa Selic em 13,75% e não explicou o motivo de não a reduzir. Essa medida agrava as dívidas das pessoas, aumenta o custo da produção e prejudica o desenvolvimento do país. A única explicação a que se pode chegar é que o comando do Banco Central age de forma intencional, com objetivo de desestimular os investimentos no setor produtivo. A sabotagem

prejudica a vida de todos. Em nota desafiadora às críticas, o BC respondeu insinuando que a política de juros altos continuará até o final do ano.

Para a CUT, o Banco Central demonstra claro objetivo de garantir os ganhos do capital financeiro, mesmo às custas de sacrificar um desenvolvimento econômico que traga resultados positivos para a maioria da população. Essa é uma das razões pelas quais a CUT e o movimento sindical sempre foram contra a independência do BC, um antigo sonho do mercado financeiro tornado realidade pelo governo Bolsonaro em 2021. E avalia que essa postura contrária aos interesses da nação justifica acabar com a independência do BC quando terminar o mandato da atual diretoria, em dezembro de 2024.



Acesse e leia mais!

Rombo na Americanas

Contraf-CUT alerta sobre proteção do emprego bancário

O rombo bilionário nas finanças do grupo Americanas poderá causar um impacto muito grande numa extensa rede de fornecedores da empresa, afetando toda a sociedade e enfraquecendo dois dos motores da recuperação econômica, que é a oferta de crédito e o nível de emprego. Essa previsão dos economistas preocupa particularmente a categoria bancária, tendo em vista que entre os credores da Americanas estão alguns dos maiores bancos do país, como o Bradesco (R\$ 4,5 bilhões de crédito), o Santander (R\$ 3,6 bilhões), o Itaú (R\$ 2,7 bilhões), o Banco do Brasil (R\$ 1,3 bilhão) e a Caixa Econômica Federal (R\$ 501 milhões). O Santander, por exemplo, já divulgou os resultados de 2022, com aumento no provisionamento para cobertura de débitos com liquidação duvidosa (PDD).

Para a Contraf-CUT, a preocupação é com a possibilidade de fechamento de agências e a perda de postos de trabalho nos bancos. A entidade antecipou que espera que os bancos não tomem medidas drásticas, na tentativa de recuperar seus prejuízos. “Os trabalhadores e a sociedade não podem arcar com os prejuízos daqueles que, seja por ganância, incompetência, corrupção, ou qualquer outro motivo, cometeram erros que levaram a este rombo”, alertou a presidenta da entidade, Juvandia Moreira. Ela defende rigor na fiscalização e controle das demonstrações financeiras das empresas, para aumentar a transparência e evitar rombos como o da Americanas, e a regulamentação do sistema financeiro, como forma de democratizar a concessão de crédito e de reduzir as taxas de juros.

CUT apresenta propostas para reconquista de direitos

A valorização do salário mínimo, o fortalecimento de negociações coletivas e da organização sindical e a da regulamentação do trabalho por aplicativo, são os três temas prioritários num conjunto de propostas que a CUT está apresentando ao governo e ao Congresso Nacional. A intenção, após o debate, é transformar essas propostas em projetos de leis e apresentá-los ao Legislativo. A CUT atuará junto aos parlamentares para debater e apresentar os projetos, mas também realizará uma grande campanha nacional nas próximas semanas para conscientizar a sociedade sobre a importância dessas pautas e, em especial, de que o sindicato é o instrumento fundamental para a conquista de direitos.